

Falta de 1.700 docentes na rede pública de ensino preocupa Secretaria de Educação. Provas do primeiro bimestre começam dia 14, e ainda há alunos que não tiveram um dia de aula. Plano é contratar 929 servidores

# À espera do professor

DF - Educação

106

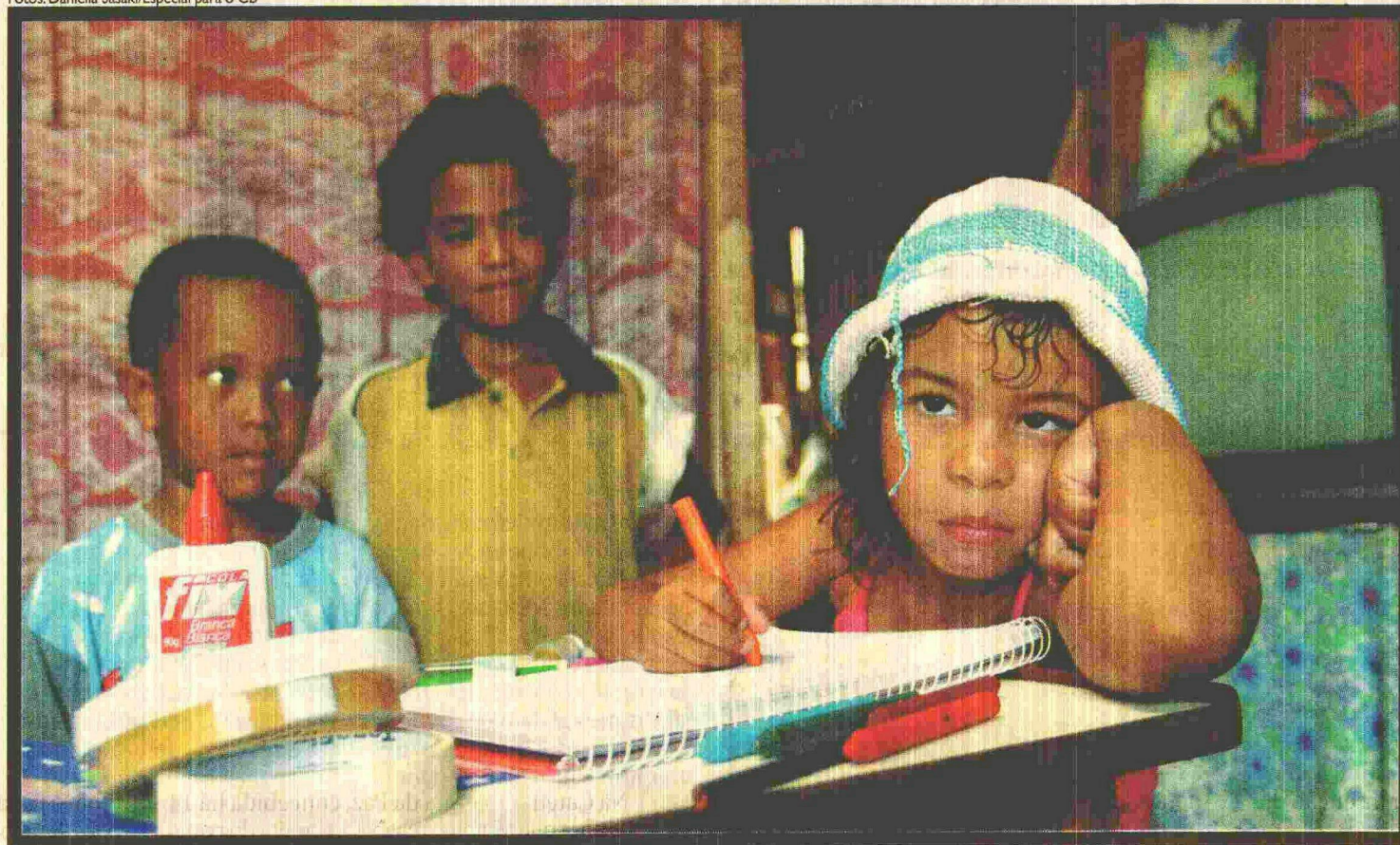
MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

Fotos: Daniella Sasaki/Especial para o CB

O ano letivo começou há 47 dias e o caderno de Stephany Neris Souza ainda está quase em branco. A menina de cinco anos desenhou em duas das páginas apenas corações e o próprio nome, que ela aprendeu com a mãe, a balconista Luciene Santos, 26 anos. Stephany não teve sequer um dia de aula neste ano. A garotinha está matriculada na educação infantil da Escola Classe 303, em São Sebastião, onde outros cerca de 300 alunos nem precisam aparecer porque não há professores. Faltam 12 profissionais, um terço do quadro, segundo a direção. Em todo o Distrito Federal, o déficit passa de 1,7 mil docentes. Resultados: salas vazias, horários de aula alterados de última hora para suprir as faltas. Apesar de o 1º bimestre estar quase no fim e as provas previstas para começar no dia 14, há casos de escolas onde não houve aula.

De acordo com a diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, Maria Aparecida Rodrigues Gomes, não há mais como resolver o problema sem a contratação temporária, medida que depende da autorização da Justiça. "Caso não haja a aprovação dos contratos provisórios, o cumprimento dos 200 dias letivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ficará comprometido. Já se passaram 32 dias letivos", contabiliza. Ela explica que, sem cumprir os dias determinados pela LDB, o aluno não recebe certificado de conclusão. "Isto é prejudicial para aqueles que irão prestar vestibular ou



STEPHANY, CINCO ANOS, TEM O MATERIAL ESCOLAR EM CASA, MAS ATÉ HOJE NÃO TEVE AULA, ASSIM COMO OS VIZINHOS CARLOS ALEXANDRE E MARCOS ROBERTO

participar do Programa de Avaliação Seriada (PAS)", comenta. "Mas só para os alunos que estão sem professor. Os demais, que assistem aulas regularmente, não têm com o que se preocupar", pondera.

Maria Aparecida Gomes diz que todas as medidas já foram tomadas. "Não há mais o que fazer. Remanejamos para salas de aulas profissionais com cargos comissionados, que estavam na diretoria, na coordenação, na administração central, na coordenação pedagógica e entre as regionais. Ampliamos também a

carga horária. O problema é que não temos mais recursos humanos excedentes e precisamos repor as aulas perdidas", diz a diretora de RH. Ela estima que existam mais de 1,7 mil carências na rede pública, incluindo as vagas de professores dos cursos oferecidos nos Centros de Educação Profissionais (CEPs). Segundo estimativas do governo, a rede pública de ensino tem 25 mil professores.

Maria Aparecida Gomes alega que não há como contratar professores concursados no lugar de temporários. "Boa parte

das vagas são de carências provisórias. O professor se afastou por um tempo mas voltará", justifica. A diretora de RH informa ainda que a Secretaria de Educação e a Procuradoria do DF devem discutir o assunto com a Justiça na próxima semana. "Foram autorizadas pela Justiça 1.174 contratações. No entanto, elas não supriram a demanda. Enviamos um pedido com a solicitação de mais 929 carências e aguardamos decisão", informa.

Em entrevista ao *Correio* web na última sexta-feira, a nova secretária de Educação do DF, a

pedagoga Vandercy Antônia Camargos, garantiu que está trabalhando para resolver o problema, mas não descartou a possibilidade de ele persistir em 2006. "Chamamos 300 professores concursados, que estão em fase de exames para a contratação. Concomitantemente a isso, buscamos suprir as carências temporárias. Para isso, aguardamos a decisão. Se o tribunal reconhecer que nosso aluno está sem aula, essa semana nós queremos suprir a grande maioria de carências. Depende do tribunal", avaliou a secretária.

## Contratos temporários

O Sindicato dos Professores (Sinpro/DF) não concorda com as contratações temporárias. "Não somos simplesmente contra. É que a contratação provisória deveria ocorrer em alguns casos, mas acabou virando regra", explica Antônio Lisboa, um dos diretores. "Somos contra a forma sem freio como estão fazendo. A secretaria deveria criar um banco de reserva de concursados", completa. "Muitos não foram chamados e optam pelo contrato temporário para não ficar desempregados", critica José Antônio Gomes Coelho, diretor de assuntos jurídicos.

É o caso do professor de Educação Física Leandro Cavalcante, 26 anos. Ele prestou concurso, ficou em 11º lugar, mas renova, há cinco anos, o contrato temporário para trabalhar no Centro de Ensino Especial nº 1, em Santa Maria. "Dizem que não há vaga, mas acho que é mais cômodo manter professores provisórios. Para mim é prejuízo ficar nessa condição porque perco gratificações e o plano de carreira, benefícios que agregariam valores ao meu salário caso fosse convocado", lamenta.

A prática de contratação temporária de professores na rede pública colocou a secretária de Educação anterior, Maristela de Melo Neves, e as ex-titulares da pasta, Eurides Brito e Ana Maria Villaboim, na mira da Justiça. A Procuradoria-Geral de Justiça, junto com as promotorias de Defesa da Educação e do Patrimônio Público, ajuizou ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa contra as três secretárias, pela admissão de docentes em caráter provisório seguidas vezes, de 1999 a 2004.